



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

LUIZ GERVÁZIO LOPES JUNIOR

**“AS GAY, AS BI, AS TRANS E AS SAPATÃO ESTÃO TODAS ORGANIZADAS
PARA FAZER REVOLUÇÃO”: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA
EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL E NA PARAÍBA (1980-2000)**

**CAMPINA GRANDE
2020**

LUIZ GERVAZIO LOPES JUNIOR

**“AS GAY, AS BI, AS TRANS E AS SAPATÃO ESTÃO TODAS ORGANIZADAS
PARA FAZER REVOLUÇÃO”: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA
EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL E NA PARAÍBA (1980-2000)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de História
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título
de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Me. José dos Santos Costa Júnior

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L864g Lopes Junior, Luiz Gervazio.
"As gay, as bi, as trans e as sapatão estão todas organizadas para fazer revolução" [manuscrito] : uma revisão bibliográfica da emergência do movimento LGBT no Brasil e na Paraíba (1980-2000) / Luiz Gervazio Lopes Junior. - 2020.
33 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2020.
"Orientação : Prof. Me. José dos Santos Costa Júnior, Departamento de História - CEDUC."
1. Movimento LGBT. 2. Diversidade sexual. 3. Historiografia. 4. Gênero . I. Título
21. ed. CDD 303.484

LUIZ GERVÁZIO LOPES JÚNIOR

“AS GAY, AS BI, AS TRANS E AS SAPATÃO ESTÃO TODAS ORGANIZADAS PARA FAZER REVOLUÇÃO”: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL E NA PARAÍBA (1980-2000)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História.

Linha de pesquisa: Gênero, sexualidade e corpo.

Aprovada em: 30/11/2020 com conceito 10.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. José dos Santos Costa Júnior (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Talita Rosa Mística Soares de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Paulo Roberto Souto Maior
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

A todas as LGBTs que sofreram discriminação por ousar ser quem se é. Resistiremos.

“Calma é uma coisa que não tenho,
o que tenho é a pressa de viver,
de poder ser exatamente como sou...
Tô cansada das purpurinas da tevê,
Tô cansada de ser espancada na noite,
[...] Eu quero amor”

(Encruzilhada, Pedro Bomba 2014)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| AI - 5 | Ato Institucional número 5 |
| AIDS | Síndrome de Imunodeficiência Adquirida |
| ALH | Ação de Libertação Homossexual |
| ALL | Ação para a Liberdade Lilás |
| BE | Beira de Esquina |
| CA | Centro Acadêmico |
| CAL | Conselho de Arte e Luta |
| CS | Convergência Socialista |
| DA | Diretório Acadêmico |
| DCE | Diretório Central dos Estudantes |
| EBHO | Encontro Brasileiro de Homossexuais |
| FGCS | Facção Gay da Convergência Socialista |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| GALF | Grupo de Ação Lésbica Feminista |
| GGB | Grupo Gay da Bahia |
| LF | Grupo Lésbico Feminista |
| LGBT | Lésbica, Gay, Bissexuais, Travestis e Transexuais |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MEL | Movimento do Espírito Lilás |
| MHB | Movimento Homossexual Brasileiro |
| MNU | Movimento Negro Unificado |
| NDH | Núcleo de Direitos Humanos |
| NT | Nós Também |
| OPEP | Organização dos Países Exportadores de Petróleo |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PSTU | Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado |
| SBPC | Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |
| UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 08 |
| 2 | CORPOS “QUEER”IZADOS: DO ALHEAMENTO A ORGANIZAÇÃO. | 11 |
| 2.1 | Um “gay power” a brasileira | 12 |
| 2.2 | Uma “revolução de corpo inteiro” na Paraíba..... | 24 |
| 23 | CONCLUSÃO | 29 |
| | REFERÊNCIAS | 30 |

“AS GAY, AS BI, AS TRANS E AS SAPATÃO ESTÃO TODAS ORGANIZADAS PARA FAZER REVOLUÇÃO”: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL E NA PARAÍBA (1980-2000)

“AS GAY, BI, TRANS AND SAPATÃO ARE ALL ORGANIZED TO MAKE REVOLUTION”: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW OF THE EMERGENCE OF THE LGBT MOVEMENT IN BRAZIL AND PARAÍBA (1980-2000)

Luiz Gervázio Lopes Junior*

RESUMO

O presente artigo busca evidenciar os elementos que tornaram possível a emergência do *Movimento do Espírito Lilás* (MEL) na Paraíba problematizando articulações entre o recente *Movimento Homossexual Brasileiro* (MHB) e o intercâmbio de saberes que proporcionou novos olhares e sensibilidades para corpos até então esquecidos pelos Movimentos Sociais sobretudo de caráter revolucionário. Nesse sentido utilizaremos da revisão bibliográfica para analisar as pesquisas e produções já existentes sobre o movimento LGBT (GREEN, 2019; QUINALHA, 2018; FERNANDES, 2018) bem como com as pesquisas sobre as experiências de organização dos grupos no Estado da Paraíba (SANTANA, 2020; OLIVEIRA, 2017). O recorte cronológico inicia com a descentralização do grupo *Somos de São Paulo* provocando a centralização no eixo Rio-Nordeste, além da emergência do *Nós Também* e finaliza nos anos 2000 com os complexos jogos políticos pelo qual passou o *MEL*. Este trabalho busca também apontar lacunas na historiografia sobre o Movimento LGBT na Paraíba a fim de propor novos caminhos e discussões possíveis a esses corpos políticos (des)organizados.

Palavras-chave: Movimento LGBT. Diversidade Sexual. Historiografia. Gênero.

ABSTRACT

This article seeks to highlight the elements that made possible the emergency of *Movimento do Espírito Lilás* (MEL) in Paraíba problematizing articulations between the recent *Brazilian Homosexual Movement* (MHB) and the exchange of knowledge that provided new perspectives and sensitivities for bodies hitherto forgotten by Social Movements, mainly of revolutionary character. In this sense, we will use the bibliographic review to analyze the existing research and productions about the LGBT movement (GREEN, 2019; QUINALHA, 2018; FERNANDES, 2018) as well as research on the experiences of organizing groups in the State of Paraíba (SANTANA, 2020; OLIVEIRA, 2017). The chronological cut begins with the decentralization of the *Somos* group from São Paulo, causing centralization on the Rio-Nordeste axis, beyond the emergence of *Nós Também* and ends in the 2000s with the complex political games that *MEL* went through. This work also seeks to point out gaps in the historiography about the LGBT Movement in Paraíba in order to propose new paths and possible discussions to these (un) organized political bodies.

Keywords: LGBT Movement. Sexual Diversity. Historiography. Gender

* Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba, pesquisa sobre gênero, sexualidade e movimento LGBT no Brasil. Email: luizgljr@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

“Sou como rês desgarrada
Nessa multidão
Boiada caminhando a esmo”
(GIL; MORAIS, 1975)

Gil e Dominginhos permitem, nas entrelinhas de *Lamento Sertanejo*, uma sensibilidade a partir dos olhares de não pertencimento do sertanejo nas grandes cidades e centros urbanos. Os versos definem a negação à cidade e volta às origens. O grande contingente de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs¹) que migraram e continuam migrando, desde a década de 50, sobretudo do Norte e Nordeste rumo ao Sul e Sudeste do Brasil ou às capitais de seus respectivos estados em busca da possibilidade de vivenciar suas sexualidades, da amizade a partir das identidades e identificações (GREEN, 2019) são também as “rês desgarradas”, caminhando em meio à multidão em busca do encontro consigo mesmo, com iguais. A dualidade entre origem e destino. A “rês desgarrada” é uma personagem deslocada, dissidente, fugida da boiada que caminha como que em destino certo. Ao buscar pensar sobre a emergência do Movimento LGBTQIA+ e suas proposições e criações no Brasil e no estado da Paraíba, em particular, esta revisão bibliográfica trata de olhar com sensibilidade as histórias, (des)caminhos, rupturas e sentimentos dessas “rês” a partir de produções já existentes.

Como sertanejo que optou pela cidade grande para estudar tendo como horizonte a possibilidade de vivenciar as próprias subjetividade e afetos sou também uma rês desgarrada, como tantas outras, caminhando na multidão, tentando se reconhecer. O Movimento LGBT e Estudantil foram presentes em minha trajetória e apontaram caminhos epistêmicos. Inicialmente trataria de estudar a masculinidade na cidade de Santana dos Garrotes (no qual cresci) justamente para investigar como que a territorialidade intersecciona com o gênero e produz um padrão violento de masculinidade para os homens heterossexuais, mas ainda mais para homossexuais. Costumo dizer que o próprio objeto me escolheu, pois, lendo o jornal *Lampião da Esquina*², numa seção que indicava grupos e coletivos nos estados do país, me deparei com o *Nós Também* (NT) cuja localização indicava a cidade de João Pessoa na Paraíba. No mesmo momento dediquei meus esforços a pesquisar sobre este coletivo e me perguntava: quem participava? Como se organizavam? Dentre outras tantas questões que carecia de resposta fui à procura e encontrei o nome do coletivo *Nós Também* numa nota de rodapé de uma dissertação de mestrado e, até então, em nada mais. Apressadamente localizei a pesquisadora nas redes sociais que, em um ato de carinho e sensibilidade, compartilhou a dissertação intitulada *Rastros de Tragédia* do antropólogo Mauro Guilherme Pinheiro Koury, publicada em agosto de 1983 e pertencente ao Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (NDH - UFPB) no qual o antropólogo analisa os movimentos de resistência à Ditadura Civil-Militar na Paraíba de 1964 a 1980. Embora Koury fale do *Nós Também* apenas em um parágrafo, sua pesquisa serviu de cenário para ambientar a Ditadura Civil-Militar no Estado da Paraíba.

¹ Utilizo-me aqui da sigla LGBT como um termo guarda-chuva para designar as dissidências sexuais e de gênero, podendo ser representado por LGBTQIA+ ou pelo deslocamento de qualquer dessas siglas. Utilizarei também de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) em alusão a historicidade do movimento.

² Primeiro periódico LGBT de grande circulação no Brasil (1978 - 1981).

Ora, tendo o objeto me escolhido cabia então sacudir as evidências, refinar o olhar para aquilo que estava visível e invisível (ou invisibilizado), reparar conexões e rupturas. Neste sentido, meu orientador, o historiador José Júnior foi fundamental pois me apresentou a obras e me abriu um leque de possibilidades, histórias, fontes, métodos de análise e a possibilidade de dar lugar a quem historicamente foi invisibilizado. Como afirma a historiadora Joan Scott, esse ritual é o ato de “tornar histórico o que fora escondido da história” (SCOTT, 1991, p. 299).

Por outro lado, bem menos romântico, a aparente aceitação de corpos dissidentes nas cidades grandes vai a baixo com o elevado número de ataques de ódio. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB)³, primeiro grupo organizado a sistematizar e produzir relatórios anuais sobre os ataques LGBTs no país, 329 LGBTs tiveram mortes violentas no Brasil, sendo 297 homicídios e 32 suicídios apenas no ano de 2019. O golpe machista e misógino impetrado pelas elites e a mídia contra a presidenta eleita Dilma Rousseff em 2016 é um marco no aprofundamento e na legitimação do pensamento ultraneoliberal e conservador. A ascensão das bancadas da bala, do boi e da bíblia (chamada Bancada BBB) possibilitou que, nas eleições de 2018, fosse eleito o Congresso mais conservador dos últimos 40 anos, indo de refluxo à crescente onda por Direitos Humanos nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) desde o início da virada do século.⁴

Mesmo tendo dado bons passos com a despatologização da homossexualidade, a união estável entre casais do mesmo sexo, retificação do nome sem o extenso processo do protocolo transexualizador e mais recente ainda a criminalização da LGBTfobia como crime de racismo⁵ e a exclusão do grupo de risco que impedia que nós LGBTs doássemos sangue, enfim, novos sujeitos políticos organizados, novas pautas, novas demandas, novas identidades. Se nas décadas de 80/90 falava-se em “cidadania”, nos anos FHC e Lula viram setores “vulneráveis ou excluídas”. (GOHN 2012). Ainda nesses 42 anos de história, do que hoje chamamos de Movimento LGBT, é ainda de extrema pertinência a luta por afirmação, por direitos e por visibilidade haja vista que o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas LGBTs no mundo, segundo relatório do GGB em 2019 a cada 26 horas um LGBT foi assassinado/assassinada ou cometeu suicídio⁶.

Para pensar sobre tais sujeitos e novos movimentos de contestação e resistência, Michel Foucault proporciona uma lente teórica para esta análise, pois projetou luz sobre campos até então ignorados e marginalizados pela historiografia além de expor a sofisticação nas formas de dominação e do exercício da violência (RAGO, 1995). A análise genealógica acerca da sexualidade feita por Foucault permite analisar as tecnologias discursivas aparelhadas pelo Estado brasileiro, e por diversos grupos externos a ele, durante o período da ditadura civil-militar (1964-

³ Mais antiga associação de defesa dos direitos de homossexuais do Brasil ainda em atuação. Fundada em 1980. Site institucional: <https://grupogaydabahia.com.br/>

⁴ QUEIROZ, Antônio A. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. *Le Monde Brasil diplomatique*. 05 de nov. de 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>

⁵ Durante a escrita deste artigo a Advocacia Geral da União (AGU), que deveria resguardar o direito do povo, no coletivo, questionou ao Supremo Tribunal Federal (STF) quanto a liberdade religiosa em que a criminalização da LGBTfobia possivelmente feriria. Ver mais em *Jornal Nacional*. AGU questiona decisão do Supremo de criminalizar homofobia e gera forte reação. 16 de out. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/10/16/agu-questiona-decisao-do-supremo-de-criminalizar-homofobia-e-gera-forte-reacao.ghtml>

⁶ Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

1985) e além disso, permite tornar a sexualidade uma categoria, criada em determinado momento histórico a partir da patologização, da anormalidade e do desvio em meados do século XIX (FOUCAULT, 1988).

O acesso às fontes, fundamental para a pesquisa historiográfica, sobretudo por meio aos arquivos do Movimento do Espírito Lilás (MEL) foi desenhando a inviabilidade momentânea da pesquisa nos moldes ao qual eu estava planejando. Por outro lado, houve a perda intencional de fontes por meio dos militares, a difícil “documentação sistemática da violência (que tentou apagar seus próprios rastros) quanto pela ausência de denúncias (em virtude da autoculpabilização tão recorrente)” (GREEN, QUINALHA, 2015.p. 110). Por fim, mas não menos que antes, optei por uma revisão bibliográfica pois busco contribuir com a possibilidade concreta para explorar (des) caminhos, interlocuções e articulações nesses 28 anos de existência do MEL e 39 anos de existência de coletivos e grupos de LGBTs organizados na Paraíba.

As experiências e subjetividades historicamente negligenciadas e exploradas pelos binários homem/mulher, homossexual/heterossexual, branco/preto, ativo/passivo dentre tantas, auxiliam no intuito de delinear tais (e outros) marcadores sociais da diferença na produção de subalternidades e expor, à estrutura cisheteropatriarcal e a heteronormatividade como molde padrão de performance, inscrita antes mesmo do nascimento, determinando gostos, desejos, formas de se portar e de se relacionar, etc., inclusive na historiografia, e na análise de nossos objetos de pesquisa o que demanda atenção e sensibilidade nas produções acadêmicas a fim de mobilizar categorias que contribuam para leituras menos enrijecidas pelas estruturas do capitalismo, racismo e patriarcado.

Não irei me ater às disputas internas (ora no ativismo do próprio movimento, ora na academia) contemporâneas e conceituais entre o que se pode considerar sendo o Movimento LGBT e o Ativismo *Queer*⁷, sobretudo por que “é possível notar, portanto, que o Movimento LGBT, assim como os estudos de gênero e sexualidade, se constituem como arenas em disputa de sentidos, projetos, práticas e aspirações sociais” (PEREIRA, 2017, p. 121). Contudo não hei de relegar as tensões e (des) afetos internos e externos ao movimento.

Este trabalho será dividido em dois momentos que se completam e dialogam entre si. Um primeiro estará comprometido a compreender a bibliografia e historiografia sobre a emergência do movimento em nível nacional a partir de elementos apontados por acadêmicos e militantes que transitam entre as experiências de organização e produções acadêmicas. Nesse sentido lanço mão do capítulo Mais Amor e Mais Tesão: ... fruto da tese de Doutorado em História do brasilianista James Green; bem como do artigo *Ações Lésbicas* da historiadora Marisa Fernandes; e do artigo *Somos o quê mesmo?* do romancista, contista, ensaísta e roteirista João Silvério Trevisan. Estes dois últimos organizados no livro *História do Movimento LGBT no Brasil*, lançado em 2018 em comemoração aos quarenta anos de existência do movimento.

Um segundo momento tem por finalidade articular as ações do movimento LGBT a partir da descentralização do eixo Rio-São Paulo para o eixo Rio-Nordeste, sobretudo com a emergência de grupos organizados no Estado da Paraíba. Dois

⁷ Em síntese, Colling (2015) delinea, a partir experiências de ativistas do Chile, Argentina, Espanha e Portugal características atribuídas ao Movimento LGBT e ao Ativismo *Queer*, como: (1) a diferença nas performances em atos públicos, (2) no modelo orgânico das organizações e nas (3) táticas políticas. Um exemplo é a crítica do ativismo *queer* à defesa do casamento de pessoas do mesmo sexo feita pelo movimento LGBT, bem como o reforço das identidades.

trabalhos serão norteadores para a discussão: um primeiro é o *Levantar bandeira e dar tinta: inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002)* e suas ressonâncias, do antropólogo Tiago de Lima Oliveira, publicado na revista *Bagoas* em 2012 e do livro *Nós Também: A História da militância através da memória gráfica* fruto da dissertação de mestrado em Design de Bruno Santana.

2 CORPOS “QUEER”IZADOS: DO ALHEAMENTO À ORGANIZAÇÃO

“As medidas impostas pela ditadura criavam um clima de precaução – quando não de medo- na subcultura homossexual” (GREEN, 2019, p. 408)”

Para Michel Foucault a sexualidade é um dispositivo que funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder (FOUCAULT, 1988). Como apontou a confissão foi importante mecanismo na instituição das *Scientia Sexuali*. A medicina, a psiquiatria, a escola, o direito, a economia produziram, controlaram e ditaram historicamente os moldes das sexualidades e identidades de gênero dissidentes. De sodomitas a marginais, doentes, o “desvio da norma, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação - um lugar incômodo para permanecer” (LOURO, 2001, p. 542).

Os movimentos feministas pavimentaram caminhos epistêmicos possíveis para a compreensão do (conceito do) “gênero” como a historiadora Joan Scott ao desenvolver o “gênero” como uma categoria de análise histórica, ou seja, determinada em seu tempo histórico e não essencializadas biologizantes (SCOTT, 1989). A filósofa Judith Butler em *Problemas de Gênero* também corrobora para o embate ao essencialismo no “ser mulher” a partir da distinção sexo/gênero/desejo. Para a filósofa “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero” (BUTLER, 2019 p. 27), ou seja, não apenas o gênero é construto cultural/social, mas a própria designação do feminino/masculino a partir do sexo é também consequência dessa construção, além disso, a filósofa ressalva o perigo de cairmos em determinismo biológicos e também culturais na construção desses sujeitos.

Assim, a teoria *Queer* possibilita uma analítica de estranhamento à imutabilidade e à rigidez das identidades fixas cisheterocentradas, contestando a heterossexualidade como norma e o *heteroterrorismo* (BENTO, 2015) como prática reiterada de manutenção e hegemonia, problematizando “regimes normalizadores que criam tanto as identidades quanto sua posição binária subordinada no social” (MISKOLCI, 2009), tornando o sujeito homossexual um Outro.

O atual mito fundador do movimento LGBT no mundo aponta para o 28 de junho de 1968 em Nova York, no *Stonewall Inn*, como afirma o historiador brasileiro James Green no *artigo Nem todos os caminhos levam a Nova York*, exatamente para sacudirmos e estranharmos dadas lembranças e esquecimentos. Em 13 dezembro 1968 o Brasil passa por um processo ainda mais duro da ditadura cívico-militar. Em doze artigos o Ato Institucional número 5 (AI-5) suprimiu direitos políticos, decretou recesso ao congresso, perseguiu e torturou adversários, aumentou a censura, o fim do *habeas corpus*, dentre outros. O que não quer dizer que antes do AI-5 não houvesse perseguição, haja vista que desde o AI-1 em 09 de abril de 1964 há documentos e relatos de supressão de direitos e perseguições. Contudo, o fechamento e endurecimento da ditadura no país, segundo Green, “silenciou um movimento que provavelmente teria eclodido na cena pública se as medidas repressivas não estivessem em vigor” (GREEN, 2019). O

historiador ainda aponta que a abertura gradual do final dos anos de 1970 possibilitou novas formas de organizações como

(i) o Movimento Negro Unificado, que questionava a representação tradicional do Brasil como democracia racial; (ii) um movimento feminista, que confrontou o sexismo tanto da esquerda ortodoxa quanto da sociedade brasileira em geral; e (iii) um movimento pelos direitos de lésbicas e gays. (GREEN, 2019).

O antropólogo e também envolvido na história e atuação do *Somos*, Edward MacRae também aponta que a ascensão de temas como o uso de drogas, sexualidade, imprensa alternativa e psicanálise (MACRAE, 2018), assim como à liberdade sexual promovida pela pílula anticoncepcional trouxe à ordem do dia pautas até então turvas para a sociedade.

2.1 Um “gay power” à brasileira

O medo e pessimismo assolaram o Brasil da década de 1960. Artistas símbolos da resistência aos padrões da ditadura *hetero-militar* como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, que performavam entre as fronteiras do gênero, partiram para o exílio. A vitória do Brasil na Copa do Mundo do México em 1970 aprofundou a onda de nacionalismo. Época do *slogan* “Brasil ame-o ou deixe-o” de inspiração norte americana. O país estava vivendo o *milagre econômico* (1968-1973), nesse período as taxas de crescimento anuais chegaram a 11%. Comércio com o Japão, fábricas, créditos com os Estados Unidos. Porém, o padrão de vida da classe trabalhadora caiu no período, tornando o terreno da mobilidade social ainda mais pantanoso. O controle aos sindicatos e associações de classe também impediam ações organizadas desses trabalhadores. Esse cenário parecia dar base de sustentação à ditadura militar pois possibilitou a ascensão e maior poder de consumo às classes médias e altas do país, as principais apoiadoras do golpe, ao passo que precarizava ainda mais a vida dos trabalhadores das classes mais abastadas.

Por outro lado, o aumento do preço dos combustíveis em 1973 “em razão do embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP” (GREEN, 2019, p.403). Seguido do aumento da dívida externa, momento em que a inflação chegou a níveis exorbitantes. Os setores das classes médias agora se juntam às classes pobres votando no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) único partido de oposição legal à ditadura no bipartidarismo das eleições de 1974. Esse contexto pós guerrilhas armadas, atos estudantis e greves de trabalhadores extremamente repressivos e fim do apoio das classes médias ao governo ditatorial montam o cenário necessário para que o então presidente Ernesto Geisel (1974-1975) seja pressionado a montar o planejamento de uma abertura “lenta, gradual e segura”.

Apesar da repressão, movimentos sociais vêm à tona reivindicando democracia, melhores direitos aos trabalhadores rurais e urbanos, a ala progressista da igreja católica volta para a legalidade. Parte do controle de grandes sindicatos voltam para as mãos dos trabalhadores. O Ano Internacional da Mulher, em 1975, após a conferência do México das Nações Unidas, também alimentou internacionalmente nas mulheres a busca por espaços de oportunidade que “se uniram em organizações comunitárias de base para exigir melhoria dos serviços urbanos e condições para cuidar dos filhos” (GREEN, 2019, p. 404). Em 1976 é

fundado o primeiro jornal autoproclamado feminista do país, o *Nós Mulheres*⁸. A partir 1978 o desafio frente à rigidez dos papéis de gênero, ao patriarcado e políticas a partir de questões de gênero desencadeou em questões também levantadas pelo incipiente movimento gay.

O historiador brasileiro James Green aponta que apesar de parecer uma contradição a abertura de bares, saunas e demais espaços de homosociabilidade na subcultura homossexual,

alguns historiadores argumentam que o regime, na verdade, tinha um objetivo político claro ao manter a esfera pública relativamente livre e aberta, contanto que estivesse destituída de atividades críticas à ditadura [...] contanto que permanecessem em espaços fechados, deixando seu ambiente semiclandestino apenas uma vez por ano, durante as festividades do carnaval (GREEN, 2019, p. 408 - 409).

Argumenta também que utilizavam o entretenimento popular, como o futebol e o carnaval, como válvula de escape dessas tensões sobre o povo brasileiro.

O “milagre econômico” também possibilitou outras tensões, causas e ações dentro da subcultura homossexual, sobretudo nos grandes centros urbanos. Green aponta que após 1972 houve aumento no número de espaços de homosociabilidade, casas de show, boates voltadas para o público de classe média e alta das grandes cidades, visto o maior poder de consumo como consequência do plano econômico da ditadura e o maior investimento de empresários que tirara vantagem dessas condições. Esses espaços eram ponto de convergência da subcultura homossexual internacional, “contribuíam para um nível de coesão entre homossexuais de diferentes origens” (GREEN, 2019, p. 410).

A partir dos anos 1970 em consequência das desigualdades causadas pelo “milagre econômico”, pôde se perceber um aumento de pessoas de classe média e alta que podiam pagar por sexo e, por outro lado, devido ao aprofundamento da pobreza e excluídas dos benefícios ofertados pelo milagre econômico, pessoas pobres se prostituindo ou colocando seus próprios corpos como ferramenta de trabalho, reflexo da mercantilização do sexo na sociedade brasileira. *Michês* ofertavam seus corpos másculos para “tias” (homens ou mulheres ricas que o mantinham como amantes) e, no pior dos casos, trabalhavam em troca de roupa ou lugar para dormir. Os atravessamentos aqui possíveis também expõem os corpos travestis à estrutura cisheteronormativa e a competitividade do capitalismo e das relações de trabalho, “ingerir ou injetar hormônios para desenvolver os seios” (GREEN, 2019, p. 413), os glúteos, os cabelos, as roupas. O gesto de adaptar seu próprio corpo para imitar uma performance de gênero validada no escopo do “ser mulher”. O crescimento foi tal que na década de 1970 importamos travestis para a Europa (GREEN, 2019).

O homem que é “mulher” torna-se um “homem” na cama, ao passo que o parceiro alegadamente masculino procura por uma mulher substituta para experimentar prazer sexual de uma maneira, em geral, vista como própria do efeminado [...] ao encenar a fantasia sexual de masculinidade e feminilidade, na verdade as duas partes envolvidas estavam praticando uma outra variação de díade bicha/bofe. As relações tia/michê e bicha/bofe refletiam, ambas, noções de gênero polarizadas (GREEN, 2019, p. 416 - 418).

⁸ Formado por ex-militantes do movimento estudantil de São Paulo. Estando em circulação de 1976 a 1978.

Uma aparente contradição nessas procuras por sexo com travestis por homens casados era o fato de quererem ser o sujeito passivo da relação, invertendo as estruturas de gênero a travesti ativa era o “homem” enquanto o homem (muitas vezes casado) era a “mulher”. Travestis e mulheres trans que já haviam passado pelo processo de redesignação sexual comumente reclamavam da baixa procura por não possuírem mais o órgão tão procurado pelos homens das classes médias/altas (GREEN, 2019)

O movimento que viria pela frente teria a tarefa de afirmação da homossexualidade como identidade para além da díade cisheteropatriarcal homem e mulher, bicha e bofe, ativo e passivo, desamarrar esse nó causado pela compulsoriedade da heterossexualidade reproduzida em todas as relações.

Durante o período de abertura “lenta, gradual e segura” o Brasil fervilhava de atos políticos estudantis e de trabalhadores, informações de outros países começam a ganhar mais força nos jornais nacionais (apesar do controle da ditadura com a Lei de Imprensa). No início do ano de 1976 começara a ser publicado no jornal *Última Hora* a *Coluna do Meio*, o então jornalista Celso Curi comentava sobre personalidades da subcultura gay nacional e internacional e sobre bares e clubes na cidade de São Paulo.

Inspirados na *Coluna do Meio*, ainda em 1976 é publicado o *Gente Gay*⁹ por antigos redatores e leitores de *O Snob*¹⁰ e alguns outros jornalistas¹¹. Foram responsáveis por abrir caminho para a imprensa homossexual negociando espaço com os censores da ditadura. O termo gay então conhecido por homossexuais do Rio de Janeiro e de São Paulo “havia entrado no léxico popular” (GREEN, 2019, p. 431). O jornal também trazia informações sobre o movimento gay internacional.

Por não haver um movimento de afirmação identitária não havia uma identidade que desse de conta da complexidade de performances e formas de expressão. O binário cisheteronormativo homem/mulher como padrão normativa e norteadora de sexualidade construiu envolta identidades como a do “bicha” como a mulher da relação, passivo, não heterossexual, e do “bofe” ativo, homem da relação e ligado a heterossexualidade. Ou seja, havia uma confusão entre os papéis de gênero e sexualidade que viria a ser disputada a partir dos anos 50 e 60 do século XX nos espaços de subcultura homossexual sobretudo das grandes zonas urbanas. Já no início dos anos de 1970, também sob influência da revolução sexual de 1960 e das novas ideias do movimento gay internacional, há a tentativa de consolidação e unificação da identidade do “entendido” “estava menos vinculado a papéis de gênero hierarquizados e adotava o conceito de uma relação mais igualitária com parceiros sexuais” (GREEN, 2019, p. 435). Para o jornal *O Snob* o termo seria sinônimo do “bicha”, assim só reiterava a lógica binária heterossexista. As organizações que vão aparecer no fim da década de 1970 farão a crítica à identidade por, em suas avaliações, ter sido direcionada a homossexuais que ainda não “saíram do armário”. Descobriram que os papéis sexuais poderiam ser fluidos, porém “o surgimento de um novo modelo coexistia com a polaridade bicha/bofe” (GREEN, 2019, p. 437), principalmente nas cidades pequenas, zonas rurais e regiões como norte e nordeste (FRY, 2019)

⁹ Em dezembro de 1976, em uma atmosfera política mais propícia, os antigos redatores e leitores de *O Snob* decidiram produzir um novo periódico direcionado ao público homossexual, o *Gente Gay*.

¹⁰ O *Snob* parou de circular em junho de 1969, após 99 edições regulares e uma edição como retrospectiva

¹¹ Dentre eles: Anuar Farad, Agildo Guimarães, Hélio Fonseca e José Rodrigo.

Esses elementos apontados por Green, são determinantes para compreender os elementos da conjuntura histórica que possibilitaram a emergência de organizações homossexuais no Brasil. Em 1976 João Silvério Trevisan volta ao Brasil e após ter experienciado organizações de liberação gay na Baía de São Francisco, nos Estados Unidos, se propõe a organizar homossexuais em São Paulo. Porém segundo Trevisan as reuniões eram esparsas, sem frequência, com no máximo doze participantes e com vários entraves ideológicos (GREEN, 2019), dentre eles o sentimento de culpa de parcela mais ligada à esquerda que invalidava a sexualidade como “desvio pequeno burguês”¹² diante da luta maior contra a ditadura cívico-militar. A heterossexualidade compulsória e dentro das esquerdas em determinado sentido era reflexo dos processos de transformação sociocultural (GREEN, 2018)

No mesmo ano, no dia 1º de julho, no Rio de Janeiro, um militante espalhou panfletos convidando para o Dia do Homossexual no dia 4 de julho, no Museu de Arte Moderna, Green aponta que é possível que essa comemoração fosse em alusão a *Rebelião de Stonewall* ocorrido em 28 de julho de 1968. Porém, no dia marcado, “oito camburões e setenta homens do Departamento Geral de Investigação Especial cercaram o museu” (GREEN, 2019, p.439). O encontro não aconteceu e não se sabe quantas pessoas foram mobilizadas e participariam do encontro, visto que ao ver a movimentação policial se dispersaram.

Outra importante ferramenta de discussão e difusão de informações na subcultura homossexual no Brasil foi o jornal *Lampião da Esquina*. Em sua primeira edição o editorial “Saindo do Gueto” respondeu à pergunta “para quê jornal homossexual?”, indicavam uma proposta revolucionária “Nós pretendemos, também ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres...”¹³. Na prática essa promessa nunca se efetivou, na linha editorial, por exemplo, havia apenas uma mulher, Leila Míccolis e relativamente pouco espaço para mulheres lésbicas (FERNANDES, 2018). No fim de 1977 a vinda do editor da famosa *Gay Sunshine Press*, Winston Leyland, “catalisou o grupo de intelectuais que se encontrou com ele” (GREEN, 2019, p.440), criaram uma cooperativa editorial e mais tarde chamaram o jornal de *Lampião da Esquina* sugestivamente em referência à vida homossexual nas ruas e ao rei do cangaço. Dentre o conselho editorial estavam Peter Fry, antropólogo; Jean-Claude Bernardet, cineasta; Darcy Penteado, pintor e escritor; João Silvério Trevisan e João Antonio Mascarenhas, ambos intelectuais e ativistas.

Após o lançamento do *Lampião* e seguindo os bons ventos possíveis a partir da perda de forças da ditadura *hetero-militar* frente à abertura política¹⁴, se articulou em São Paulo um grupo homófilo que se autodenominou *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais* (NADH), a participação dos integrantes variava e de início tinha um caráter parecido à tentativa sem êxito de João Silvério Trevisan de 1976.

Ao fim do ano de 1978, como aponta Green, discussões acaloradas tomaram o grupo em razão do próprio nome. Para alguns o nome do grupo afastava outros

¹² Ver mais em GREEN, James N., *Revolucionário e Gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel - Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*; tradução Marília Sette Câmara. - 1ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

¹³ CONSELHO EDITORIAL, “Saindo do gueto”, *Lampião da Esquina*, (Rio de Janeiro) nº0, abril de 1978. p.2.

¹⁴ Vale ressaltar que a abertura não significou na prática o fim da ditadura. Manifestações e militantes ainda eram perseguidos, jornais como o *Lampião da Esquina* também eram alvo dos censores, ou seja, o período de abertura como processo e não como fim.

homossexuais que desejavam se organizar, mas não queriam se expor tanto. Dentre as propostas estava a de que “expressasse claramente a proposta da organização, e sugeriram Grupo de Afirmação Homossexual” (GREEN, 2019, p.442). As propostas com o termo “gay” eram na hora rejeitadas, pois, segundo os integrantes, imitava o modelo norte-americano. Outra proposta foi em homenagem à Frente de Libertação Homossexual Argentina, exemplo de articulação na Argentina. No consenso final das discussões escolheram *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*.

Um ponto de inflexão fundamental na leitura do movimento homossexual no Brasil e que aparece como pontapé das profundas mudanças na estrutura teórica, metodológica e orgânica não do *Somos*, mas do incipiente Movimento Homossexual Brasileiro, são as discussões ocorridas em 6 de fevereiro de 1979 no evento “*Minorias*” brasileiras - mulheres, negros, índios e homossexuais promovido pelo Centro Acadêmico (CA) do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Ali evidenciou ainda mais as contradições existentes entre movimento homossexual e as esquerdas¹⁵. “Os estudantes gays se queixavam de que a esquerda brasileira era homofóbica” (GREEN, 2019, p. 443). As mesmas questões que aparecera na tentativa de organização em 1976 continuava a pairar sobre as organizações e grupos ativistas que emergiram, nas diferentes territorialidades do país.

A organização do Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados (EBHO) em abril de 1980 articulou oito grupos na cidade de São Paulo. Gays e Lésbicas superlotaram o teatro Ruth Escobar. Já no 1º de Maio de 1980, dia do trabalhador, um grupo de cerca de cinquenta gays e lésbicas marchou com outros militantes em São Bernardo do Campo no ABC Paulista. O ato fora conclamado pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC em resistência à prisão do então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva.

Green não desenvolve os detalhes dessas aproximações, distanciamentos, tensões e articulações dentro do *Somos* nesse período no artigo aqui tratado¹⁶. Mas o aprofundamento da polarização que aparecera desde a tentativa de organização em 1976 havia ruído o grupo por dentro. Parte “liderada” por Trevisan se intitulava autonomista e não queria articulação com a esquerda homofóbica e machista à época. Outra parte, “liderada” por James Green, também militante da *Facção Gay da Convergência Socialista*¹⁷ viam a saída da ditadura e do regime autoritário no alinhamento e conciliação com as esquerdas.

Essa polarização existiu em certa medida pela falta uma teoria que oferecesse aos militantes uma leitura das inúmeras categorias de análise possíveis ou mesmo uma leitura interseccional¹⁸ que compreendesse a complexidade e pontos

¹⁵GREEN, James N., “QUEM É O MACHO QUE QUER ME MATAR?”: homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 E 1970. 2012

¹⁶ O Historiador aprofunda mais essas tramas em GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo.

¹⁷ A *Facção Gay da Convergência Socialista* nasce do grupo revolucionário *Convergência Socialista*, de leitura trotskista, ao ver a possibilidade de confluir a disputa contra as opressões junto a esquerda. A *convergência Socialista* depois virou uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT) quando da institucionalização do partido e em 1993 saem do partido e se organizam como Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

¹⁸ A interseccionalidade surge no fim da década de 1960, nos Estados Unidos, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, teórica crítica das raças, ao se deparar com situações em que mulheres negras (sobretudo) eram excluídas dos direitos civis por não haver leituras que confluíssem junto as marcações de seus corpos.

de atravessamento das identidades (GREN, 2018). Culminou no ato do dia do trabalhador e resulta no racha do *Somos* com a saída do grupo de tendências autonomistas do João Silvério Trevisan fundando o *Outra Coisa* (que não consegue manter vida orgânica) e na saída das lésbicas que formavam o *Grupo de Apoio Lésbico Feminista* (LF) dentro do *Somos* e aproveitaram o ensejo para formar o *Grupo de Ação Lésbica Feminista* (GALF).

Como citei acima, João Silvério Trevisan foi um dos fundadores do *Somos* e do jornal *Lampião da Esquina*. Em sua leitura, desde o princípio da organização “havia[m] dificuldades consideráveis para elaborar alguma consistência conceitual, graças à inexperiência e pioneirismo de um debate sobre direitos LGBTs” (TREVISAN, 2018, p. 137). Trevisan fora um crítico ferrenho à esquerda que reproduzia valores machistas e homofóbicos da época inspirado por ideais antiautoritário e libertário. “Queríamos ser plenamente responsáveis por nossa sexualidade, sem ninguém falando em nosso nome” (TREVISAN, 2018, p. 138), todavia eram atacados pela direita e deixados (propositalmente) de lado pela esquerda, isso quando as ações da esquerda não eram mais efetivas quanto às agressões físicas e verbais. Trevisan também se refere ao debate ocorrido em 1979 no CA de *Ciências Sociais* da USP como sendo um ponto importante para a maturidade e articulação do incipiente grupo.

A mudança no nome do grupo para *Somos* viria também desse amadurecimento político de seus militantes,

alterneiro, propositivo e abrangente, reivindicando nosso direito de sermos o que éramos. Mas era também um nome de natureza palindrômica: nosso estado de ser se afirmava com tal determinação que até mesmo quando lido ao contrário continuava sendo aquilo que é [...] mesmo pelo avesso, o reflexo sempre refletiria que somos. (TREVISAN, 2018, p. 138)

A solidariedade entre homossexuais e a absoluta autonomia das suas vozes eram objetivos políticos centrais para o grupo. Trevisan dá mais detalhes sobre a estrutura orgânica e organizativa do grupo, por exemplo, “forma rigorosamente horizontalizada, evitando qualquer concentração de poder e lideranças centralizadora” (TREVISAN, 2018, p. 138-139), assim todas as vozes seriam ouvidas e evitariam silenciamento em um grupo já silenciado e abjeto.

Os debates teóricos também partiam se não do zero no país, mas bebendo de ativismos colhidos em outros países e em atividades e elaboração do feminismo. A descentralização e o antiautoritarismo defendidos por Trevisan no *Somos* era sobretudo contrário a “práxis política da esquerda autoritária de então” (TREVISAN, 2018, p. 139). A exemplo da inexistência de endereço físico, apontado por James Green como um problema para o grupo que teria que ficar de casa em casa em busca de lugar para reunir, para Trevisan o rigor autonomista possibilitava a descentralização do grupo, criando apenas uma Caixa Postal.

Foi criado no grupo um colegiado gerenciador, que se renovava a cada três meses. Esses colegiado era formado por militantes escolhidos nos subgrupos do *Somos*, que nesse período tinha cerca de 100 militantes. Esses subgrupos obedeciam a estrutura organizativa do *Somos* e eram chamados de “grupos de reconhecimentos”, sendo divididos em “atuação externa, serviços burocráticos, atuação lésbico-feminista, divulgação externa, estudos na área homoerótica e atividades artísticas” (TREVISAN, 2018, p. 139).

“O processo começou a ruir quando a *Fração Gay da Convergência Socialista* entrou no *Somos*” (TREVISAN, 2018, p. 139), o caráter antiautoritário do grupo que

permitira a existência do *Grupo Lésbico Feminista* dentro do *Somos* se abriu para um novo subgrupo.

As relações entre os ativistas no período pós-revolução sexual e pré-HIV/AIDS é vez ou outra apontada a partir das relações não de amizade que existiram entre os militantes. Tanto Green (2018), quando Trevisan (2018) dão a entender que esses cismas teriam aspectos afetivos. Em vários momentos do artigo *Somos o quê mesmo?* Trevisan dá sinais de que a amizade teria sido mais do que platônica, ou que os olhos claros e cabelos loiros de Green eram sedutores, ou mesmo que o ativista da esquerda usaria a “política da cama” para seduzir outros companheiros à Convergência Socialista.

Cabe aqui explicar que o livro *História do Movimento LGBT no Brasil*, lançado em 2018, é o primeiro a conter publicações dos dois grandes militantes e intelectuais do movimento LGBT no Brasil, seja na atuação do movimento homossexual, seja nas formulações e análises possíveis a partir de suas produções acadêmicas. Nesse sentido, o artigo de Trevisan que está sendo trabalhado nesta revisão, bem como um outro artigo de Green intitulado *Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências do Grupo Somos em São Paulo* (que não será trabalhado a fundo aqui) promovem diferentes olhares para a atuação do objeto (*Grupo Somos*), além de algumas trocas de farpas, porém não dedicarei a explorá-las em suas contradições, muito menos a exercer juízo de valor quanto a veracidade dos fatos. Cabe a mim, historiador, provocar estranhamentos, rememorar aproximações e distanciamentos e possibilitar os diferentes pontos de vista.

Green só integrou o *Somos* no propósito expresso de se contrapor ao nosso escopo de autonomia frente aos partidos políticos. Ou seja, ao criar uma Fração Gay a CS [Convergência Socialista] pretendia integrar (ou dissolver) o *Somos* no seu grupo partidário, sob liderança de James Green. (TREVISAN, 2018, p. 139)

Para Trevisan, a entrada de Green simbolizou a entrada das velhas práticas e vícios da esquerda e do estalinismo na disputa por hegemonia que em sua opinião estava viva na CS apesar de suas tendências trotskistas críticos a Stalin.

Green teria criado o que na época chamavam de “áreas próximas” no movimento estudantil, o que nada mais era do que adquirir força social e mais adeptos a sua leitura teórica. A partir daí fez um curso de marxismo “tosco e imediatista” (TREVISAN, 2018, p.140) clandestino com alguns integrantes do *Somos*. Essas práticas reiteradas conspiravam para o arrivismo político dos militantes. “Curiosamente, essa conquista de espaço político adaptou ao clima homoerótico do *Somos* os métodos proselitistas típicos do movimento estudantil, que implicavam conchavos, manipulação e hipocrisia” (TREVISAN, 2018, p.140).

Na edição Nº 26, de julho de 1980, do jornal *Lampião da Esquina*, Trevisan publica um artigo de opinião na seção “Esquina” intitulado *Boas de cama?*, nele desenvolve o que viria a chamar “política da cama”, no artigo ele criticava a postura de Green, pois em suas palavras “prática peculiar de seduzir rapazes para concomitantemente, obter informações do grupo adversário e criar novos simpatizantes às posições da Convergência Socialista” (TREVISAN, 2018, p.141). No artigo Trevisan escreveu sobre a prática de você “gozar e ejacular em favor do seu partido” (TREVISAN, 2018, p.142).

Os autonomistas do *Somos* passaram a perder lugar para a defesa coesa das propostas de Green, que segundo Trevisan eram debatidas antes e coesionadas

para os momentos de votação, o que para ele perdia o senso de solidariedade entre os oprimidos, valor e objetivo fundamental desde a fundação do grupo.

Em abril de 1980 como já assinalado por Green, ocorre o primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), porém para Trevisan o encontro foi mais um espaço de disputa da *Convergência Socialista*, pois, segundo ele, na hora da votação pessoas alheias ao movimento apareceram para votar nas posições da *Convergência Socialista* e simpatizantes. “Estarrecidos pela manobra suja, decidimos tirar a prova dos nove: passar a mão na bunda como teste de resistência. Não deu outra: ao serem apalpados, os alienígenas machões protestavam e davam saltos de horror (TREVISAN, 2018, p.141).

Nos anos que se seguem a ditadura hetero-militar executou um profundo processo de higienização e precarização dos trabalhos de travestis e michês que se prostituíam no centro da cidade de São Paulo (GREEN, 2019). O delegado Richetti empreendeu um processo de fichamento e limpeza desses corpos das ruas, chegando a prender mais de 500 travestis e michês por dia, mantendo detidas por vários dias, a fim de prejudicar nas rendas mensais e causar expulsões de apartamentos, casas e alojamentos não pagos. As consequências do “milagre econômico” marginalizaram ainda mais esses corpos dissidentes.

Nos atos no qual participava, a *Convergência Socialista*, fizera um enorme esforço propagandístico como é o exemplo do ato de junho de 1980, contra as prisões arbitrárias do delegado Richetti, “uma faixa enorme e sobranceira ostentava o nome ‘Facção Gay da Convergência Socialista’ - mensuradamente erguida para se tornar a mais visível” (TREVISAN, 2018, p. 141).

Mas foi no ato de 1º de maio de 1980 o estopim da cisão do *Somos*, a partir da decisão de participar do que Trevisan chama de “comemoração” no Estádio Vila Euclides. A manifestação conclamada pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC e pelo movimento sindical em geral, iria utilizar o movimento homossexual apenas como acessório,

ou seja, a mais avançada, com uma inédita proposta pró homossexual [...] esse fato polêmico [...] determinou a divisão definitiva dentro do *Somos*, já que não era mais possível conviver num ambiente de desconfiança, em que todo o grupo tinha que seguir a linha determinada previamente por James Green e sua turma (TREVISAN, 2018, p. 142)

Trevisan também sinaliza que sua dedicação maior ao jornal *Lampião da Esquina* nesse período e, conseqüentemente, sua ausência dos espaços da organização foi fundamental para a tomada de liderança das forças mais ligadas à esquerda. “A tal ponto que precisei divulgar uma carta dentro do *Somos*, alertando que ele estava longe de ser meu porta-voz” (TREVISAN, 2018, p. 142).

A padronização da heterossexualidade revolucionária compulsória assumida pela esquerda naquele período atingira duramente os desejos e marcou os corpos de pessoas LGBTs que militavam nos partidos de esquerda ou que giravam em sua órbita, “foi assim que o grupo hegemônico passou a manifestar incômodo com as bichas efeminadas, cujo padrão afetado podia escandalizar a seriedade das lideranças proletárias” (TREVISAN, 2018, p. 142).

Essa denúncia é outro ponto fundamental de inflexão na emergência do Movimento Homossexual Brasileiro, a “masculinidade revolucionária” e a ausência de categorias de análise que possibilitasse a interseccionalidade das estruturas na luta violentaram subjetiva e objetivamente esses corpos abjetos em prol da “luta maior”, revolucionária. O discurso comum de que a homossexualidade era um “desvio burguês” legitimou práticas de exclusão próprias como no caso de Herbert

Daniel que tivera que “esquecer” sua sexualidade (ou mutilá-la, visto que ele não esquecera e chegou a se declarar algumas vezes a companheiros na luta armada) (GREEN, 2018). “Num debate sobre o tema, causou furor quando Zezé, uma das bichas mais pintosas dentro do *Somos*, apareceu provocadoramente de batom, unhas pintadas e sapatos de salto alto” (TREVISAN, 2019, p. 142).

Após a ruptura o grupo de Trevisan foi batizado de *Outra Coisa*, ainda em referência ao *Somos*, no jogo com a linguagem explicitavam que “Somos Outra coisa”, porém acabou não durando muito. A *Convergência Socialista*, por sua vez, se integra ao recém fundado *Partido dos Trabalhadores* (PT) levando o *Somos* consigo para as estruturas do partido.

Ao desaguar numa tragédia real de dimensões catastróficas, esse pequeno mal-entendido ideológico que testemunhei mostra como manuais de ciência política não conseguem acompanhar nem captar o ritmo trepidante e tantas vezes imprevisível da história da História (TREVISAN, 2018, p. 148).

A história do Movimento LGBT no Brasil tende a ter pontos de vista, em quase sua totalidade, masculinos. Homossexuais, mas masculinos. Marisa Fernandes, historiadora e uma das militantes do grupo *Somos*, projeta luz sobre a invisibilização das mulheres na bibliografia sobre o movimento e durante o processo de pesquisa para a escrita deste artigo percebi que todos os autores além de homens privilegiavam o ponto de vista da atuação dos homens gays na atuação do movimento. Expor essa ferida na História é necessária. Marisa Fernandes, expoente nas pesquisas sobre a atuação das mulheres lésbicas no movimento LGBT brasileiro, é intencionalmente trazida nesta revisão como potencial político de horizontes mais plurais.

As mulheres lésbicas vieram a entrar no *Somos* oito meses após sua fundação, a partir de fevereiro de 1979, coincidentemente oito dias após o debate sobre minorias da USP promovido pelo CA do curso de Ciências Sociais. Em três meses na organização as mulheres lésbicas perceberam as atitudes de discriminação dos companheiros gays. O termo usado internamente de “*bicha*”, “*racha*” e “*rachada*” começou a ser utilizado para se referir às mulheres causando desconforto junto as companheiras que reafirmavam sua identidade enquanto mulheres lésbicas (FERNANDES, 2018, p. 93).

Na estrutura orgânica do *Somos* as lésbicas compunham os grupos de identificação, sendo divididas duas por cada grupo, visto serem minoria dentro da organização, assim quase não conseguiam falar. “Influenciadas pelo feminismo, elas sabiam que suas especificidades como mulheres - e não apenas como homossexuais femininas - geravam dupla discriminação” (FERNANDES, 2018, p. 93). Resolveram que a singularidade da interseção entre ser mulher e lésbica iria para além dos grupos de identificação. Em 7 de julho de 1979, numa reunião geral, elas se posicionam em frente de todos os companheiros do *Somos* e dizem que passarão a atuar como um novo subgrupo, independente frente à centralização masculina. Surge o *Grupo Lésbico Feminista* (LF).

Vale registrar que não eram todas as lésbicas do SOMOS que estavam no LF, mas foram as do LF que decidiram; ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade do para lésbicas; apresentar um temário específico para ser debatido por todos; responder toda a correspondência enviada por mulheres para o *somos* e buscar alianças com o movimento feminista. (FERNANDES, 2018, p. 93)

As *LFanas*, como se autointitulavam, foram atacadas dentro do *Somos* como “históricas” e “divisionistas”, porém receberam apoio de alguns gays do grupo. A inexistência de experiências organizativas lésbicas foi um empecilho no primeiro momento, mas depois o grupo continuou a crescer criando subgrupos de reconhecimento próprio como o Grupo de Reflexão (debates sobre feminismo e homossexualidade), Agitação/Atuação e o LF Artes (fotografia e audiovisual). Chegaram a ter mais de 30 lésbicas organizadas.

A apropriação de teorias feministas, combate à reprodução dos papéis de gênero tão cristalizados nesse período pelo estado e pelos grupos revolucionários, pelo fim da monogamia incentivando relações abertas e pelo fim da propriedade privada da mulher. Porém, as dificuldades em relação a uma teoria lésbica faziam aparecer algumas contradições, por exemplo, Marisa Fernandes conta que as mulheres lésbicas do “gueto” se entendiam a partir da identidade de *entendidas*, diferente da *sapatão* que tinha trejeitos mais masculinizados, assim reproduziam os relacionamentos heteronormativo. Como aponta “em um casal, a masculinizada era a *fanchona*’ e a feminina era a *lady*” (FERNANDES, 2018, p. 95).

Em 1980 e 1981 o *LF* foi chamado para o II e III (respectivamente) Congresso da Mulher Paulista, seria a primeira aparição em público do *LF*.

Nesses congressos, as lésbicas do *LF* defendiam que as mulheres lutassem pelo prazer e pela sua sexualidade como um direito; que rompessem com o círculo de opressão e subordinação masculina, que aceitava a igualdade da mulher; e que tomassem conhecimento de que a heterossexualidade é imposta e transformada em norma, uma convicção moral que oprime, fragiliza e promove submissões, bem como impede o reconhecimento de realidades, existências e sexualidades plurais (FERNANDES, 2018, p. 95).

As mulheres acharam as ideias muito radicais. Durante uma reunião da comissão organizadora no Sindicato dos Jornalistas alguns homens portando correntes invadiram a sala para atacar as mulheres, as lésbicas para serem mais aceitas tomaram a frente para impedir a invasão.

Já no II Congresso, bem maior, contava com cerca de 3000 participantes e cerca de 600 crianças. Os homens gays do *Somos* ficaram responsáveis pelas 10 creches organizadas para melhor participação das mães. As lésbicas do *LF* formaram dois painéis um primeiro intitulado “*E eu não sou uma mulher?*” em referência ao discurso da negra e abolicionista norte americana Sojourner Truth, reivindicavam seu lugar de mulher e denunciavam a invisibilização. Um segundo painel intitulado “*Amor entre Mulheres*” era composto por fotos sensuais, eróticas de algumas integrantes do *LF*. Todavia os dois painéis foram destruídos pelas mulheres do encontro, além da recusa em ler o documento “*Mulheres Violentadas*” na plenária final, o primeiro documento dentro do movimento feminista a denunciar os casos de violência contra as mulheres. O movimento lésbico “impactou profundamente a discussão sobre sexualidade junto às mulheres de baixa renda” (FERNANDES, 2018, p. 97) e heterossexuais.

No ato do 1º de maio de 1980, dia do trabalhador, algumas lésbicas aderiram e participaram da passeata, porém “uma divisão irreconciliável instalou-se no grupo” (FERNANDES, 2019, p. 98). 16 dias após o ato as mulheres lésbicas do *LF* se retiraram definitivamente do *Somos*. O nome do grupo, agora todo no feminino, foi para *Grupo de Ação Lésbica Feminista* (GALF).

Para arrecadar dinheiro vendiam boletins, faziam festas para lésbicas, passaram a ter uma sede própria. Atuaram fortemente no ato contra as prisões

arbitrárias do delegado Richetti a partir de abril de 1980. Junto com outros grupos de homossexuais, feministas, do Movimento Negro Unificado. As lésbicas tomaram a frente da passeata de mãos dadas segurando duas faixas nas quais se lia: PELO PRAZER LÉSBICO e CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL. Alguns dos teóricos do movimento LGBT no Brasil, dentre eles a Marisa Fernandes, configuram essa passeata como sendo a primeira passeata LGBT da cidade de São Paulo (FERNANDES, 2018).

Em janeiro de 1981 as lésbicas do GALF e outras lançaram o *ChanacomChana*, primeiro periódico lésbico do Brasil. No III Congresso da Mulher Brasileira o jornal foi lançado em caráter experimental e efetivamente apenas em janeiro de 1983 a 1987.

Na noite de 23 de julho de 1985, enquanto vendiam o *ChanacomChana*, as lésbicas do GALF foram proibidas de vendê-los dentro do *Ferro's Bar*, importante espaço de gueto e homosociabilidade da subcultura lésbica paulistana. Em 19 de agosto, liderado pela militante Rosely Roth, lésbicas, homossexuais, defensores dos Direitos Humanos, políticos e a imprensa invadiram e protestaram no *Ferro's Bar*, um marco na história do movimento LGBT no Brasil, pois, como relembra Marisa, “em homenagem a Rosely, a partir do ano de 2003, na data de 19 de agosto, celebra-se em São Paulo, o Dia do Orgulho Lésbico.

O GALF fez duras críticas ao feminismo hegemônico da época chamando de *heterofeminismo*, por serem porta-voz de práticas heterocentradas e excludentes das dissidências sexuais causadas pelo heterossexismo e pela heterossexualidade compulsória, tão denunciada pelas lésbicas do GALF. “O GALF deixou de existir em 1989. [...]. Suas lutas e resistências foram contra as ordens estabelecidas de exclusão, violências e discriminação, que atingem as lésbicas de uma maneira distinta das experiências de outras mulheres. (FERNANDES, 2018, p.)

Alguns pontos são convergentes, são centrais na leitura do Movimento LGBT no Brasil, sobretudo no ano de 1980. O racha interno do *Somos* provocou um esfacelamento de vários outros coletivos e grupos LGBTs espalhados pelo país. Por outro lado, provocou também a descentralização do movimento centrado no eixo Rio-São Paulo, para o eixo Rio-Nordeste, tendo no Rio de Janeiro o grupo *Triângulo Rosa* e no Nordeste o *Grupo Gay da Bahia* (GGB).

2.2 Uma “revolução de corpo inteiro”¹⁹ na Paraíba

Os ruídos do grupo *Somos* de São Paulo e o crescente tensionamento entre o recente Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e as esquerdas revolucionárias se refletiram nos diversos grupos organizados no país, especialmente analisado aqui no Estado da Paraíba, mas não diminuiu a importância e a referência política do *Somos*, pioneiro em organizar homossexuais no Brasil e sinalizava novos ares de reivindicações possíveis de corpos esquecidos.

A dissertação de mestrado em Design de Bruno Santana intitulada *Nós Também: A História da militância através da memória gráfica* defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e depois publicada como livro este ano, 2020, é sensível, bonita e necessária. Nela, Bruno faz o trabalho inédito de pesquisar e escrever sobre o *Nós Também*, primeiro grupo LGBT da Paraíba, de rememorar e trazer à tona experiências organizativas de sujeitos e sujeitas

¹⁹ Crítica da Ação de Libertação Homossexual (grupo composto por integrantes do Nós Também com a finalidade de articulação com a esquerda paraibana) à exclusão das pautas LGBTs da revolução proposta pela esquerda publicado em boletim.

esquecidas da memória paraibana. Este trabalho foi fundamental para novos olhares e percepções acerca da emergência do movimento LGBT no estado da Paraíba e dos intercâmbios de saberes, práticas e sensibilidades possíveis a partir dos diversos grupos articulados no país e na Paraíba.

Em julho de 1981 ocorreu, em Salvador capital da Bahia, o 33º encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Os encontros eram conhecidos por fomentarem discussões necessárias ao período. Uma caravana de estudantes e professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) se mobilizou para participar. Uma das mesas do evento tratou de discutir sobre o *Movimento Homossexual*, grupos já conhecidos nacionalmente como o *Grupo Gay da Bahia* estavam presentes. Segundo Bruno Santana, o Grupo *Somos* de São Paulo também estava representado por João Silvério Trevisan, porém, como já abordado acima, Trevisan teria saído do grupo após o racha provocado pelas manifestações do dia do trabalhador em 1º de maio de 1980. Não se sabe se Trevisan estava lá representando o *Outra Coisa*, grupo que formara junto a militantes que seguiram consigo a tendência autonomista, se não haviam formalizado a saída do *Somos* ou se não queriam mostrar para o restante das organizações a fragilidade interna que assolava o maior grupo homossexual da época.

O escasso número de pesquisas sobre o Movimento LGBT na Paraíba se reflete em algumas confusões quanto a datas, períodos históricos, situações e, conseqüentemente, nas análises que levam esses elementos em conta. No livro, Bruno afirma que o encontro da SBPC aconteceu em 1980, ou seja, alguns meses após a crise que dividiu o Grupo *Somos* de São Paulo, porém o encontro aconteceu em 1981²⁰, um ano após, o que inviabiliza inclusive a participação do Trevisan enquanto representante do *Somos*, visto que há mais de um ano ele teria saído e formado o *Outra Coisa*.

De todo modo, “ao final do debate, foi passada uma lista para que grupos interessados em articulações nacionais pusessem seus contatos” (SANTANA, 2020, p. 69), inspirados no *Somos*, os estudantes da UFPB criaram o *Nós Também*, dispuseram na lista telefone e endereço da república que moravam. A ação mostra a influência e referência que o *Somos* tinha em relação aos homossexuais no Brasil.

Na volta a João Pessoa, capital da Paraíba, sem referências de experiências organizativas homossexuais no Estado, mas com desejo de fazer acontecer decidem por reunir estudantes e professores “que tivessem uma postura assumidamente gay para decidir o que fazer dentro do grupo, e qual seria a proposta da militância. Eram acadêmicos de áreas como Artes, Psicologia e Comunicação (SANTANA, 2020, p. 69).

A proposta central era de criar um grupo que unisse militância e prazer, inédito no estado da Paraíba. Os encontros serviram como grupo de estudo, apoio mútuo e terapêutico e encontro da subcultura LGBT na UFPB. O perfil das pessoas organizadas foi fundamental para a atuação do grupo, “como a maior parte do grupo já trabalhava como artistas, ou amadores na Comunicação, resolveram que usariam das artes gráficas para propagar o discurso. E esse seria o grande diferencial para suas ações posteriores” (SANTANA, 2020, p. 69).

João Silvério Trevisan publicou sobre o grupo *Nós Também* em *Devassos no Paraíso*, o que corroborou para impulsionar a visibilidade do grupo, segundo Trevisan

Organizado numa pacata e provinciana capital, o grupo se compunha de homens e mulheres ligadas à universidade, tanto alunos quanto

²⁰ Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/eventos/33ra/>. Acesso em 01/11/2020

professores. Sua combatividade e originalidade constituiu numa ação menos convencionalmente militante, mais voltada para a instigação cultural. Assim, por exemplo, seus componentes interferiram na paisagem urbana, criando outdoors provocadores, e na vida cultural local, com projeção de filmes, debates e panfletagem muito inteligente (TREVISAN, 2018, p. 342).

Se no *Somos*, as mulheres lésbicas entraram apenas um tempo após a fundação do grupo, o *Nós Também* já emerge como um grupo misto. Intencionalmente os debates aconteciam sem favoritismo pelo gênero. Mulheres lésbicas que eram marginalizadas nos grupos feministas e homossexuais eram bem recebidas no *Nós Também*. Havendo uma situação parecida com o ocorrido no *Somos*, segundo Bruno Santana, às lésbicas do *Nós Também* era garantido o direito de reuniões e encontros auto-organizados, sem a presença dos companheiros gays, por acharem que as pautas seriam privadas, particulares ou específicas e relativas ao ponto de intersecção entre feminismo e homossexualidade (SANTANA, 2020).

O modelo orgânico proposto pela organização era horizontalizado, inclusive para impedir hierarquia das noções de gênero, as decisões eram coletivas, porém havia um

“núcleo duro”, formado por sete membros (Lauro Nascimento, Gabriel Bechara, Germana Galvão, Sandra Albuquerque, José Augusto, “Lu”, e Henrique Magalhães) que estavam sempre presentes e respondiam pelo grupo. Algumas dezenas de membros eram flutuantes, mas todos também tinham voz ativa (SANTANA, 2020, p.71).

Apesar de ser um grupo formado por estudantes da UFPB, não havia apoio institucional, o material produzido como livros, postais, boletins, fanzines e outros eram impressos pelos próprios militantes que utilizavam de seus conhecimentos em comunicação para facilitar e baratear o processo de produção. A ocupação dos espaços se dava de várias formas como estêncil, cópias e *graffiti* na universidade e pela cidade de João Pessoa como outdoors, pichações e painéis todos pintados em muros.

Bruno cita a interlocução do *Nós Também* com João Silvério Trevisan e durante seu texto alguns pontos como a proposta orgânica, a linha teórica e algumas afirmações parecem bem alinhadas à perspectiva defendida por Trevisan na militância junto a atuação no *Somos*. A própria referência e citação ao *Nós Também* em *Devassos no Paraíso* pode ser lido como um possível intercâmbio de saberes já amadurecidos nos três anos de organização do *Somos* que Trevisan possuía. Porém, não está mencionado no texto de Bruno se durante a vida do *Nós Também* havia contato próximo com Trevisan, a não ser num momento do texto em que Bruno afirma que os materiais produzidos pelo *Somos*, algumas vezes, eram enviados para fora do Estado, bem como

a influência de *Lampião da Esquina* aproximou o *Nós Também* de outros grupos no Brasil. Havia uma troca de informações e experiências entre os grupos, como o *Somos*, de São Paulo; o *Grupo Gay da Bahia*; e o *GATHO*, de Pernambuco. Quando Trevisan dedicou parte do seu livro para dar ênfase ao trabalho diferenciado do grupo, acabou dando uma projeção maior aos feitos do *Nós Também*. Apesar de ser um coletivo regional(izado), eles faziam questão de enviar seu material e comunicar suas ações para todos os parceiros no Brasil, e assim mostrar sua realidade local (SANTANA, 2020, p.74)

Por outro lado, os espaços de sociabilidade homossexual, a subcultura proporcionada pela emergência do grupo, dos movimentos sociais reorganizados e da cultura *hippie* podem também ter propiciado um certo nível de coesão entre esse grupo organizado na Paraíba com outras experiências. Por exemplo, o material produzido pelo *Nós Também* era, com frequência vendido numa feirinha *hippie* na orla de Tambaú, em João Pessoa. Henrique Magalhães, um dos militantes,

que já produzia tirinhas da sua personagem Maria, e as punha à venda nessa feirinha, cedeu espaço para que algumas produções do grupo também pudessem ser vendidas no ponto, como os postais e os livros. Esses materiais eram não somente vendidos, como trocados, ou mesmo distribuídos. (SANTANA, 2020, p.71)

O material ao passo que afirmava a homossexualidade como identidade, dialogava com o restante da sociedade pessoense, visto o contexto extremamente conservador e ainda em período ditatorial. Em parte, os materiais eram inspirados no *Lampião da Esquina*, apesar de abordagens próprias do *Nós Também*. Por outro lado, a conjuntura histórica de abertura da ditadura e emergência de movimentos sociais e rearticulação do movimento estudantil e sindical trazia à ordem do dia pautas de liberdade sobre esses corpos marginalizados.

Contudo a resistência das esquerdas quanto a perceber o potencial revolucionário das pautas tidas como “identitárias” à época “pequeno burguesas” também deu a linha nas discussões políticas no Estado da Paraíba. Romper com o modo heterossexista que fora aprofundado pela masculinidade revolucionária nas lutas armadas era fundamental.

Essas discussões, assim como vendas e distribuição de materiais também eram feitas no *Bar da Xoxota*. O bar se tornou um importante *locus* de resistência da subcultura LGBT na paraíba.

Se encontravam artistas plásticos, escritores, poetas, atores, e todas classe de pessoas que percebiam como fora do padrão comum da sociedade pessoense do começo dos anos 1980. [...] Havia shows de transformistas, saraus, exposições e debates sobre política e homossexualidade. Lá o grupo tinha seu lugar seguro para fazer intervenções artísticas, lançamentos dos livros, exposições de artes plásticas e performances (SANTANA, 2020, p.76)

Partindo dessa problemática relação com a esquerda conservadora, o *Nós Também* decidiu pela criação de um grupo interno chamado Ação de Libertação Homossexual (ALH). Este teria a tarefa de romper com os muros da universidade, dialogar com os bairros, a sociedade em geral e enfrentar e se articular com as esquerdas paraibanas.

Bruno Santana usa como argumento para a criação do subgrupo as críticas levantadas pelo *Beira de Esquina*, outro grupo LGBT, porém o *Beira de Esquina* veio a ser formado ao menos um ano após o fim do *Nós Também*. As críticas são também documentadas no artigo *Levantar bandeira e dar pinta: inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias* do antropólogo Thiago Oliveira, mas possivelmente foram feitas como afirmação da sua prática revolucionária visto que seu modelo de organização e linha teórica era mais próxima da leitura das esquerdas do que da linha autonomista e anarquista do *Nós Também*.

Por outro lado, é nítido que o ataque ao *Nós Também* se utilizasse de seu *locus* de atuação/emergência, além de sua centralidade de ação, ou seja, além de ser composto por estudantes universitários de classe média, o grupo atuava por direitos e afirmação da homossexualidade, em vários aspectos essa conjunção de fatores imbrica para uma leitura que viesse a deslegitimar o *Nós Também* como um movimento burguês e, conseqüentemente, que dividia a luta pela “luta maior”, a revolução. “Eles [o Nós Também] eram taxados de pequeno-burgueses pelo movimento de esquerda, que tentava deslegitimar o discurso do grupo sob a acusação de que seus integrantes não seguiam à risca os dogmas da revolução proletária” (SANTANA, 2020, p. 77).

Em pleno dia da independência, 7 de setembro de 1981, houve o lançamento público do manifesto da ALH, durante evento no Teatro Lima Penante. “No documento chama a atenção do leitor passagens nas quais o grupo afirma não se ver isolado do processo revolucionário. Expressam a necessidade de uma revolução completa, ou de corpo inteiro” (SANTANA, 2020, p. 77). Criticam a leitura das esquerdas que categoriza e hierarquiza subjugando a sexualidade à classe e à revolução. A tempo, ainda acusam a esquerda de marginalizá-los na revolução, taxando-os de “pequeno burgueses” e de planejarem a extinção do *Nós Também*. Por fim de colocam em apoio a indígenas, mulheres, negros e ambientalistas, prática parecida com que observamos com o jornal *Lampião da Esquina*. Em 1º de outubro do mesmo ano, menos de um mês depois, o manifesto foi lido em praça pública em João Pessoa e os membros entregaram o texto impresso a pessoas que passavam.

No trabalho Bruno Santana entrevistou o militante Henrique Magalhães que afirma que

o grande momento da ALH (por conseguinte, do Nós Também) foi a leitura de uma nota de repúdio ao jornal O Norte, que fazia publicações pejorativas sobre homossexuais da cidade, durante um show no Clube Astrea, na época grande centro de eventos da cidade. O momento foi durante o show de artistas paraibanos (Ivan Santos, Tadeu Matias, Bráulio Tavares e Cátia de França [...]) Henrique conseguiu um espaço para ler o manifesto no palco, contrariando as recomendações da Polícia Federal, que não permitiria nenhum protesto durante o evento (SANTANA, 2020, p. 78)

No texto Henrique afirma que a homossexualidade existe em todas as camadas da população, não sendo um desvio da burguesia e exigia a participação dos “oprimidos” no processo político de mudança social.

O fim do grupo foi gradativo, sobretudo após a saída progressiva dos que compunham o núcleo central. Seja por privilegiar a vida acadêmica ou pessoal, a indisponibilidade foi acabando o movimento. Sua última atividade foi o média-metragem *Baltazar da Lomba* (1982) que conta a história do primeiro índio gay do Brasil.

Thiago Oliveira em sua etnografia sobre o movimento LGBT na Paraíba monta um cenário anterior a emergência do *Nós Também*, ambientado na UFPB e produzido por jovens universitários, o fanzine “Jornal Gaia”, nos primeiros anos de 1980, “cumpria a função de abrir espaço para a expressão de outras experiências sexuais através de uma mistura entre formas artísticas, crítica social e jornalismo acadêmico” (OLIVEIRA, 2017, p. 330).

O jornal fomentou discussões que seriam aprofundadas pelo *Nós Também* em 1981 a partir do encontro da SBPC. Outra incerteza em relação à cronologia dos fatos diz respeito ao fim do *Nós Também*. Bruno aponta que o grupo teve fim com o filme *Baltazar da Lomba* de 1982, enquanto que Thiago Oliveira aponta o ano de 1983. Apenas uma pesquisa detalhada junto às fontes poderá suprir essas lacunas.

Em 1984 surge o *Beira de Esquina*, grupo organizado com atuação teórica próxima da leitura marxista, das ligas camponesas e da teologia da libertação. O grupo era composto por estudantes da UFPB ligados a centros acadêmicos e líderes comunitários e membros de movimentos sociais como Sem Terra e pastorais da igreja. “O nome do grupo é indício de suas inclinações políticas” (OLIVEIRA, 2017, p. 333). O grupo fazia duras críticas ao academicismo “burguês” do *Nós Também*, estava voltado às comunidades de base organizando homossexuais não só universitários. Dentre os militantes organizados no movimento estava Luciano Bezerra que, posteriormente, idealizou e fundou com outros companheiros o *Movimento do Espírito Lilás* (MEL). A atuação do *Beira de Esquina* estava mais voltada a travestis, transexuais e pessoas que trabalhavam na prostituição. Veio a acabar em 1988 pois o nome “já não cabia mais ao grupo, que ainda que tivessem sua atuação centrada na temática da opressão sexual e da violência contra homossexuais, agora se organizava sob um novo formato” (OLIVEIRA, 2017, p. 334).

O MEL foi fundado em 1992 com “o objetivo de ser um movimento de emancipação homossexual” (OLIVEIRA, 2017, p.334). Buscou trazer demandas do seu anterior, o *Beira de Esquina*, articulando com os territórios de atuação. Alguns nomes como Breno Correia, Fernando Peixe, Valmir Ferreira (Ferreirinha), Mazureik Moraes e o próprio Luciano Vieira Mendonça estavam envolvidos na época.

O grupo se dividiu em duas grandes frentes de atuação de acordo pelos territórios: (1) a universidade vinculada com os Centros Acadêmicos e como Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPB e (2) as comunidades de base com projetos de intervenção e formação junto a associações de moradores e grupos de homossexuais no sentido de promover sensibilização e esclarecimento tanto dos homossexuais quanto de suas famílias contra a AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida).

Dentre as ações voltadas a AIDS estão os projetos financiados pelo Ministério da Saúde de 1990 a 2000. Trevisan, na 6ª e última edição de *Devassos no Paraíso*, publica um novo capítulo intitulado “O vírus é nosso amigo” mostrando como o vírus profissionalizou, institucionalizou e deu visibilidade ao movimento.

Posteriormente, em 1993 o MEL se filia ao Conselho Arte e Luta (CAL) junto com outros diversos movimentos sociais.

Nesse sentido, o ano de 1993 foi sensivelmente importante para o fortalecimento do grupo, tendo em vista que a intensificação e maior público presente às reuniões periódicas realizadas na sala 304 do DAC [Departamento de Artes e Comunicação] (OLIVEIRA, 2017, p.335).

O MEL possuiu atividades diversas, tiveram grande projeção e força política no Estado da Paraíba. Porém, assim como os outros grupos, alguns ruídos foram inevitáveis. Dois anos após sua fundação, em 1994, Breno Correia, um dos seus fundadores sai do grupo após a entrada de um outro homossexual que ele acusou de ser “*homófo*ba” e preconceituoso. Em 28 de junho de 1994, dia internacional de orgulho gay, ele funda a *Ação para a Liberdade Lilás* (ALL). Após sua saída o MEL foca sua atenção às comunidades de base.

As atividades do MEL foram características da conjuntura política, respondendo às demandas urgentes da epidemia de HIV-AIDS, pavimentaram caminhos possíveis para LGBTs em todo o país e mais especificamente na Paraíba, o centro LGBT do Estado da Paraíba, em sua sede na cidade de Campina Grande, homenageia Luciano Bezerra em seu nome. O MEL continua organizando LGBT's

em prol do reconhecimento de direitos, na sensibilização quanto ao sexo seguro e inúmeras outras atividades.

3 CONCLUSÃO

Pesquisar e escrever sobre o movimento LGBT inicialmente me causou um “não lugar”, várias inquietações e um misto de sensações único. Apenas o processo de estudo aprofundado me ajudou a compreender o que eu sentia, pois tinha vivido o reflexo dessa exclusão histórica de LGBTs na esquerda brasileira e paraibana, da inexistência de debates e leituras de conjuntura que levasse em consideração nossas existências, para além da leitura preconceituosa de que as pautas tidas como “identitárias” são apenas cortina de fumaça. Saber que os atos reiterados de silenciamento, exclusão, marginalização das sexualidades dissidentes em nome da “luta maior” nas esquerdas tinham história, me deram ainda mais força e impulso para a realização deste artigo.

Esta pesquisa de revisão bibliográfica foi possível por causa de pessoas LGBTs que se desafiaram a se organizar, a enfrentar a Ditadura Cívico-militar e as estruturas cisheterossexistas da esquerda (sobretudo revolucionária) e do (hetero)feminismo. Além disto as pesquisas aqui utilizadas corroboram para uma leitura de si mesmo enquanto sujeitos e sujeitas políticas, visto que as autoras e os autores utilizados são, em sua maioria pertencentes as dissidências sexuais e de gênero. Não somos mais apenas objeto e objetivo de análise, somos os próprios pesquisadores e pesquisadoras escrevendo nossa história,

A tempo, trazer para ordem do dia a história do Movimento LGBT na Paraíba é permitir que o movimento LGBT não seja reflexo apenas da conjuntura, como espasmos soltos no tempo, mas que possui história, capacidade de agenciamento próprios, táticas e estratégias de lutas e resistência ao sistema que nos mata diariamente.

O silenciamento da historiografia em relação a corpos abjetos, dissidentes e fora do identitarismo padrão do homem, branco, heterossexual, cisgênero, evidencia a política de marginalização, invisibilização e sobretudo de esquecimento desses sujeitos que se organizaram, elaboraram táticas, estratégias e agenciamentos próprios.

O desejo de ser quem se é, de expressar o que se sente e por quem se sente, os amores e desamores que provocaram aproximações e distanciamentos são elementos constitutivos da vida e possuem historicidade como apontou Michel Foucault (2020). A História que sempre privilegiou os “grandes marcos” e “grandes homens” precisa ser criticada a partir de ferramentas e métodos que possibilitem análises de múltiplas categorias permitindo que a própria crítica não seja também reflexo do processo histórico de exclusão. Em meio ao contexto de Ditadura e redemocratização privilegiar histórias de protagonistas sujeitas LGBTs é contar histórias de resistências, articulações, elaborações de corpos potentes.

Por fim, não me atenho aos desdobramentos que aparecerão pós anos 2000 como a primeira parada de orgulho gay da Paraíba em 2002 em comemoração aos 10 anos de existência do MEL, nem as políticas públicas conquistadas nos governos do *Partido dos Trabalhadores* (PT) ou a criação do *Maria Quitéria*, grupo de mulheres lésbicas e bissexuais, ou da *Associação de Travestis e Transexuais do Estado da Paraíba* (ASTRAPA) e os grupos de vão emergir a partir das novas identidades políticas.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, Ago. 2011.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. – Salvador: EDUFBA, 2015.
- FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 10ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX; traduzido por Cristina Fino, Cássio Arantes Leite. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as idéias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.
- GREEN, James N. Nem todos os caminhos levam a Nova York. **Cult**, 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/stonewall-america-latina/>. Acesso em: 28/10/2020.
- GREEN, James N; QUINALHA, Renan (org.). Contribuição sobre o tema ditadura e homossexualidades para o relatório final da comissão nacional da verdade e parceiras. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca por verdade. São Paulo: EDUFSCar, 2018.
- GREEN, James N. “QUEM É O MACHO QUE QUER ME MATAR? ”: homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 E 1970. 2012
- GREEN, James N. **Revolucionário e Gay**: a extraordinária vida de Herbert Daniel - Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão; tradução Marília Sette Câmara. - 1ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- KOURY, Mauro G. P. *Rastros de Tragédia*. Textos UFPB/NDIHR. Ago 1983.
- LOURO, Guacira L. **Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação**. *Revista estudos feministas*. Ano 9. 2001.

MCRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “abertura”. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

OLIVEIRA, José M. D. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. **Variações entre masculino e feminino**: acervo e narrativas do movimento LGBT na Paraíba. Relatório Final de Pesquisa. João Pessoa: 2012.

Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Relatório final / Paraíba. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

TREVISAN, João S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. – 4ª ed. Ver., atual. E amp. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018

TREVISAN, João S. Somos o que mesmo? In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

SANTANA, Bruno Leonardo de Andrade. **Cultura material e ativismo**: o Design Gráfico como ferramenta de militância do grupo Nós Também. 1. ed. – João Pessoa: Marca de Fantasia, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Traduzido por Guacira Lopes Louro, versão em francês. Rev. Tadeu da Silva versão inglês. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n.2, 1990.

AGRADECIMENTOS

À minha família, minha mãe Delmira Soares que sempre me apoiou e me aceitou como sou, minha irmã Carlinha e meu irmão Luiz Carlos. Sem vocês isso não seria possível.

Ao meu orientador José Júnior, por mostrar caminhos, propor desafios e andar comigo numa solidariedade fundamental entre LGBTs.

Ao SINTTEL-PB, sindicato ao qual faço parte da diretoria e que viabilizou para além da minha permanência na “cidade grande”, mas experiências únicas.

Ao Levante Popular da Juventude, movimento com o qual me organizei em 2017, já calejado da homofobia da esquerda revolucionária e que tanto me construiu nesses anos de luta.

Aos meus amigos e amigas que leram meus artigos, pesquisas e este TCC por inúmeras vezes e que foram obrigados a escutar de mim tanto sobre todo esse processo.

Aos professores e professoras da UEPB que me ensinaram a ser um bom professor, bom profissional. Bem como a alguns outros que me ensinaram qual tipo de profissional nunca ser.